

6 — Pugnando pelo princípio democrático, na ausência de consenso em assuntos de relevo para o grupo, o/a «Jovem Autarca» ® eleito/a tem voto de qualidade.

7 — Nas reuniões estarão sempre presentes um/a ou dois/duas Técnico/a(s) designado/a(s) pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que integram a equipa responsável pelo projeto «Jovem Autarca» ®, assumindo o papel de facilitadores/as do processo.

Artigo 16.º

Convites e Representações

1 — Sempre que solicitada a presença do/a representante do projeto «Jovem Autarca» ® em qualquer evento, atividade ou iniciativa, a representação será assumida pelo/a «Jovem Autarca» ® eleito/a.

2 — Na impossibilidade de estar presente, deverá fazer-se representar pelo/a Primeiro/a ou Segundo/a Vereador/a, por ordem de eleição, ou um/a Jovem Conselheiro/a, consoante o âmbito da solicitação e decisão da equipa.

3 — A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira assegura transporte do executivo do «Jovem Autarca» ® e seus/suas Conselheiro/a(s), sempre que se considerar necessário, e que atempadamente comunicado de forma a providenciar a devida articulação logística.

4 — O executivo do «Jovem Autarca» ® e seus/suas Conselheiro/a(s) será sempre acompanhado/a(s) de um/a ou mais Técnico/a(s) responsáveis pelo projeto.

Artigo 17.º

Formações e Outras Atividades

1 — Respeitando a natureza pedagógica do projeto «Jovem Autarca» ®, ao longo do período de mandato decorrerá, pelo menos, um momento de formação/capacitação, tendo ainda lugar algumas iniciativas, encontros e/ou visitas concernentes com o objetivo que subjaz o projeto.

2 — Para o efeito é salvaguardado o contacto com o/a encarregado/a de educação de cada jovem, sendo providenciado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira o transporte, alimentação e/ou alojamento, sempre que se considerar necessário.

Artigo 18.º

Lacunas e Omissões

Fora dos casos previstos no presente Regulamento, e sempre que subsistirem dúvidas nas normas estatuídas ou omissões, estas serão decididas por deliberação de Câmara Municipal, com recurso às normas gerais de interpretação e integração previstas na lei civil em vigor.

Artigo 19.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 1.º dia útil imediatamente seguinte ao da sua publicação nos termos da lei.

310807152

MUNICÍPIO DE SERPA

Declaração de Retificação n.º 680/2017

Para os devidos efeitos torna-se público que o Aviso n.º 10353/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, no dia 7 de setembro de 2017 saiu com algumas incorreções que importa retificar, desta forma, o ponto 6.1 — a), onde se lê:

«[...] Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei geral do trabalho em funções públicas); Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime jurídico das Autarquias locais); Lei n.º 169/99, de 11 de janeiro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (Código de Trabalho); Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro com as alterações constantes na Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro; Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de junho (Instalação e Funcionamento das Instalações Desportivas de Uso Público), alterado e revogado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012 de 21 de maio; Decreto-Lei n.º 385/99 de 28 de setembro (Responsabilidade Técnica pelas Instalações Desportivas Abertas ao Público), revogado pelo Decreto-Lei n.º 271/2009 de 1 de outubro, Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004 de 14 de abril; Decreto-Regulamentar n.º 10/2001 de 7 de junho; Decreto-Lei n.º 10/2009 de 12 de janeiro, revogado pela Lei n.º 27/2011 de 6 de junho; Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, revogado por 74/2013 de 6 de setembro; Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de maio; Decreto-Lei n.º 32/2011 de 7 de março; Decreto-Regulamentar n.º 19/99 de 27

de agosto, alterado pelo Decreto-Regulamentar n.º 17/2003 de 10 de outubro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio e Decreto-Lei n.º 186/2015 de 3 de setembro; Carta Europeia do Desporto, disponível em: www.idesporto.pt; Código de Ética Desportiva, (disponível em www.idesporto.pt); Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO, disponível em www.idesporto.pt; Livro Branco Sobre o Desporto, disponível em www.idesporto.pt; Carta Olímpica, disponível em www.idesporto.pt»

deve ler-se:

« Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei geral do trabalho em funções públicas); Lei n.º 169/99, de 11 de janeiro (Regime jurídico das autarquias locais) aditada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e parcialmente revogada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico); Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (Código de Trabalho); Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro revogado parcialmente pela Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro; Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de junho (Instalação e Funcionamento das Instalações Desportivas de Uso Público), alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012 de 21 de maio; Lei n.º 39/2012 de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2017 de 23 de agosto; Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004 de 14 de abril; Decreto Regulamentar n.º 10/2001 de 7 de junho; Decreto-Lei n.º 10/2009 de 12 de janeiro, revogado parcialmente pela Lei n.º 27/2011 de 16 de junho; Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, parcialmente revogado pela Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro, e alterado pela Lei n.º 101/2017 de 28 de agosto; Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de setembro; Decreto-Lei n.º 32/2011 de 7 de março; Carta Europeia do Desporto, disponível no site da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas; Código de Ética Desportiva, disponível no site Plano Nacional de Ética do Desporto; Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO, disponível no site do comité olímpico de Portugal; Livro Branco Sobre o Desporto, disponível no site do instituto do desporto.»

21 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Tomé Alexandre Martins Pires*.

310798495

MUNICÍPIO DE TAVIRA

Aviso n.º 11868/2017

Aprovação da alteração do Plano de Urbanização de Santo Estêvão

Jorge Manuel do Nascimento Botelho, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, torna público, nos termos e para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que o executivo desta Câmara Municipal deliberou, em reunião extraordinária de 12 de setembro de 2017, aprovar e remeter para aprovação da Assembleia Municipal de Tavira, a alteração do Plano de Urbanização de Santo Estêvão, a qual tem por objeto a introdução, no Regulamento, de um novo artigo definindo os usos e parâmetros a considerar na Zona Desportiva de Santo Estêvão.

Mais torna público que a Assembleia Municipal de Tavira, na sua sessão ordinária realizada a 18 de setembro de 2017 deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração do Plano de Urbanização de Santo Estêvão, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Em observância do que dispõe o artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a alteração do Plano de Urbanização de Santo Estêvão pode ser consultada na página da internet do Município de Tavira (www.cm-tavira.pt).

25 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jorge Manuel do Nascimento Botelho*.

Deliberação

Minuta de Deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão Ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2017: Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação n.º 153/2017/CM, aprovada em reunião extraordinária realizada em 12/09/2017, referente à alteração do Plano de Urbanização de Santo Estêvão — Aprovação Final. Conhecido o seu conteúdo e fundamentos, foi a mesma submetida à votação tendo sido aprovada por unanimidade. Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta no final da reunião, nos termos do